

Editorial*

A validação pelo STF do marco temporal poderá aprofundar o processo de genocídio vivido pelos povos originários

Organizações indígenas de todo o país estão mobilizadas contra a aprovação do projeto, conhecido como Marco Temporal, por mudar a forma como são reconhecidas as demarcações de terras indígenas, que recebeu tratamento de urgência pela Câmara dos Deputados, atropelando ritos da casa e até mesmo o STF (Supremo Tribunal Federal), que deverá tratar de matéria similar em breve.

Aprovar o marco temporal é a principal aposta do agronegócio brasileiro para travar as demarcações de terras indígenas e questionar territórios já demarcados e regularizados.

Mesmo comunidades que vivem em terras já demarcadas poderão ser expulsas, caso não consigam comprovar que ocupavam o território no período estabelecido pela tese jurídica. Grileiros, madeireiros e garimpeiros, que veem nos territórios de indígenas uma fonte de lucro ainda inexplorada, podem ser ainda mais estimulados a adentrar as áreas preservadas, engrossando a já crescente estatística de conflitos fundiários.

Se o marco temporal se tornar uma lei, praticamente todas as terras indígenas demarcadas de isolados seriam extintas. Não dá para perguntar para os indígenas se eles estavam lá em 1988 – ano da promulgação da nova Constituição brasileira.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil lançou, no dia 7 de junho de 2023, o relatório **Riscos e violações de direitos associados à tese do marco temporal** - que prevê os efeitos danosos do marco temporal das terras indígenas no aquecimento global e na integridade da sociobiodiversidade amazônica. O estudo indica que as terras indígenas estocam volumes consideráveis de gases de efeito estufa e são responsáveis por resfriar o planeta.

"A importância desses territórios preservados é tamanha que, caso fossem substituídos por pastagens ou por culturas agrícolas, a temperatura da região aumentaria, respectivamente, em 6,4°C e 4,2°C", diz um trecho do documento.

Pressionar o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal é a nossa missão nos próximos meses de 2023 contra a aprovação do marco temporal.

Especial Mês do Meio Ambiente

Persiste a destruição ambiental na Baixada de Jacarepaguá

Continua a Degradação do Complexo Lagunar de Jacarepaguá

Continua a Devastação de Nossas Matas

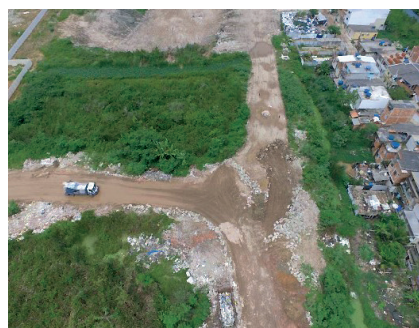
Continua o Despejo de Esgoto e Lixo nas Lagoas

Continua a Ameaça de Extinção do Jacaré-de-Papo-Amarelo

Continuam as Licenças para Construções de Condomínios em Áreas de Preservação Ambiental

Continua a Ganância das Construtoras e Imobiliárias na Região

Páginas 3, 4 e 5



A estrada dentro do Revis, antes verde agora uma muralha que vai impedir a saída das águas que descem do maciço



Bacia lagunar de Jacarepaguá vai sendo paulativamente destruída pelo mercado imobiliário



Rua Salvador Allende



O trator desmata área de preservação na rua Paulo Moura

Atletismo é na Escola Silveira Sampaio Celeiro de alunos-atletas em Curicica

Página 7

Conheça a Feira da Roça de Vargem Uma feira solidária, cultural e agroecológica

Página 8

História da Região Cidade de Deus em foco

Página 6

O **Jornal Abaixo-Assinado** vai aderir ao PACTO DA PAZ – um movimento para chamar atenção contra o aumento crescente da violência e da criminalidade em Jacarepaguá, bem como ser um chamado pela Paz.
<https://pactodapaz.org>



Cozinha da Tia Nêli

Falsa Bacalhoadada (Tilápia)

Ingredientes

- 1/2 kg de filé de tilápia (a parte mais grossa)
- 6 batatas médias
- 2 cebolas médias em rodela
- 3 ovos cozidos
- 1/2 pimentão amarelo em rodela
- 1/2 pimentão vermelho em rodela
- 12 azeitonas pretas
- 1 limão
- Salsinha picada
- 2 dentes de alho laminados
- Páprica defumada
- Lemon Pepper
- Azeite

Modo de Fazer

Corte o filé de tilápia em pedaços de, aproximadamente, 5 cm. Tempere com sal, alho esmagado e limão. Deixe por 30 minutos. Escorra o suco de limão e reserve. Cozinhe as batatas com casca e, depois de cozidas, descasque e corte em rodela de 1 cm de espessura.

Em um refratário, coloque as camadas de cebolas, uma de pimentões e, por cima, as batatas. Polvilhe um pouco de salsinha, coloque algumas azeitonas, salpique



lemon pepper e páprica defumada, posteriormente, regue com um pouco de azeite. Arrume os filés de tilápia por cima. Faça outra camada de cebolas, azeitonas, pimentões, salsinha, coloque os temperos secos e regue com azeite. Leve ao forno preaquecido (180°C) por 30 minutos. Retire do forno, coloque os ovos, sal, azeite, salsinha e sirva.

Total apoio aos profissionais de educação em greve

Os profissionais de educação da rede estadual estão em greve, desde 17 de maio, visando pressionar o governador Cláudio Castro pela implementação do piso nacional do magistério; a regularização do piso dos funcionários administrativos e o cumprimento do acordo da recomposição salarial (2017-2021), entre outras reivindicações.

Hoje o Rio de Janeiro paga o pior salário do Brasil para os educadores da rede estadual. Enquanto, o piso nacional é de R\$4.420, o professor de uma escola estadual tem um piso de R\$ 1.588 como vencimento base (18 horas semanais). Os funcionários administrativos, em sua maioria, recebem um piso menor do que o salário mínimo (R\$802,00).

Peça gratuitamente um exemplar do JAAJ ao seu jornaleiro

• Naldo da Banca

Estrada do Tindiba, em frente ao nº 2.331 – Taquara

• Banca do Povo

Rua Tirol, nº 500 – Freguesia



EXPEDIENTE

JORNAL **ABAIXO ASSINADO** JPA

O jornal das lutas comunitárias e da cultura popular

JAAJ é uma publicação da Rede Popular de Comunicação (RPC) e da IPL Clipping - CNPJ 31.555.759/0001-64. Para críticas, sugestões e reclamações: jornalabaixoassinado@yahoo.com.br - www.jaajrj.com.br - Tel (21) 97143-4821

**As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores.

Distribuição gratuita pelos bairros e comunidades da Baixada de Jacarepaguá

Conselho Editorial: Aguinaldo Luiz Claudio, Manoel Meirelles, Wladimir Loureiro. Martins, Almir Paulo, Anna Marcus Aguiar, Renato Cosentino, **Coordenação Geral:** Almir Paulo. Karolina, Carla Scott, Cláudio Renato Dória, Roberto Senna **Arte e Diagramação:** Jane Mattos, Cíntia Travassos, Douglas (Cabral), Severino Honorato, Sílvia Fonseca. Aguiar, Ione Santana, Ivan Lima, da Costa, Val Costa, Valmíria Guida, **Gestora de Redes Sociais:** Sílvia Jane Nascimento, João Magalhães, Vaneide Carmo, Vanessa Guida e da Costa

**Todo material enviado ao E-mail, Site e Facebook do jornal é autorizado automaticamente para a divulgação e também não é gratificado.



Professora Juliana Bernardo

Dicas para fazer redação

A coesão na escrita

Olá, queridos leitores, como vão? Nesta edição chamarei atenção a um importante aspecto da escrita de textos: **a coesão**. Ela é fundamental, a fim de que se escreva com pleno sentido, além da produção textual proporcionar uma “costura” de ideias conexas. Através das classes gramaticais, é possível assegurar a não repetição de vocábulos, facilitando a ligação das orações. Trago a vocês as dez classes de palavras, e suas respectivas explicações, as quais propiciarão harmonia e conformidade ao seu texto:

Substantivos nomeiam seres, sentimentos, conceitos e também são conhecidos como sinônimos, pois evitam a reiteração de termos já escritos. Artigos são aqueles que determinam e indeterminam os nomes (o, a, os, as, um, uns, uma, umas). Adjetivos **caracterizam** os substantivos e não apenas os qualificam. Pronomes acompanham ou substituem um nome e definem a pessoa do discurso. Preposições unem uma palavra a outra, estabelecendo uma relação



entre elas. Conjunções ligam orações afirmando um elo de coordenação ou de subordinação. Interjeições são vocábulos ou expressões que evocam emoções. Verbos manifestam ações ou estados. Advérbios acompanham verbos, adjetivos ou outros advérbios modificando-os. E finalmente, os Numerais expressam quantidades, frações, múltiplos e ordem.

Torna-se extremamente relevante estudar constantemente a morfologia da Língua Portuguesa, pois através dela, a redação terá o resultado positivo nos exames prestados.

Visitem o meu Instagram para mais dicas de Redação e Língua Portuguesa
https://www.instagram.com/professora_julianabernardo/

Faça sua doação para União por Moradia Popular do Rio de Janeiro

A União por Moradia Popular do Rio de Janeiro (UMP-RJ) está se preparando para participar do Encontro Nacional da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), que será realizado em São Luís, Maranhão, de 24 a 27 de agosto de 2023.



O povo de Jacarepaguá está mobilizado em defesa da moradia popular

A União por Moradia Popular do Rio de Janeiro (UMP-RJ) lançou uma campanha de financiamento, no site www.vakinha.com.br, para arrecadação de recursos financeiros visando ao pagamento das passagens para a participação da

sua delegação fluminense, composta de 20 integrantes.

O encontro nacional é um evento de grande importância, pois proporciona a oportunidade de troca de experiências entre os movimentos sociais, a definição de uma pauta de lutas por moradia e a eleição da nova coordenação da UNMP.

Jacarepaguá tem presença marcante nessa delegação, com vários representantes das cooperativas habitacionais da região, principalmente da Sangri-lá e Esperança.

Apoie a luta por moradia no Rio de Janeiro e em Jacarepaguá!

Faça sua doação!

ACESSE – VAKINHA.COM.BR

Doar faz bem e você faz a diferença!

**Almir Paulo**

"Só quando a última árvore for derrubada, o último peixe for morto e o último rio for poluído é que o homem perceberá que não pode comer dinheiro" (Provérbio Indígena)

Um abaixo-assinado para pressionar a Secretaria Municipal do Ambiente e do Clima está na internet e vem ganhando adesão dos moradores das Vargens insatisfeitos com a perda de área protegida no Refúgio de Vida Silvestre (Revis).

A Área de Proteção Ambiental (APA) Serião Carioca é a zona de amortecimento do Refúgio de Vida Silvestre (Revis) dos Campos de Sernambetiba, a outra Unidade de Conservação (UC) proposta por moradores e pela Prefeitura. Na sua constituição, o Revis é uma unidade de proteção integral da natureza e abrangerá a baixada das Vargens entre os limites do Parque Estadual da Pedra Branca e as margens da lagoa de Jacarepaguá. Segundo estudo realizado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smac RJ), é urgente a criação dessas UCs, porque a atividade humana no território, entre os anos de 2010 e 2016, reduziu o ambiente alagado (brejos) em mais de 500 hectares.

"A bacia lagunar de Jacarepaguá possui uma área de 280 km², zona úmida, com presença de manguezais, solo de turfa, superfície coberta por águas permanentes ou temporárias. Abrange lagos, rios, canais e áreas marinhas. Mantém um ecossistema com características brejosas, incluindo florestas paludosas com ocorrência de fauna



Bacia lagunar de Jacarepaguá vai sendo paulativamente destruída pelo mercado imobiliário

A destruição ambiental na Baixada de Jacarepaguá



Vargens resistindo à especulação patrocinada pela prefeitura

e flora que estão ameaçadas de extinção, como é o caso do peixe nuvem e a própria Tabebuia – uma espécie endêmica da região", diz o texto do abaixo-assinado.

A urbanização desordenada, a ausência de serviços públicos como saneamento, acarretam impactos negativos em função da degradação da área e a vulnerabilidade do solo que está diretamente ligado aos maciços da Tijuca e da Pedra Branca.

O abaixo-assinado reivindica que seja reintegrado os 55% do Revis que foram cortados pela Prefeitura desde a sua criação até o presente momento.



A estrada dentro do Revis, antes verde agora uma muralha que vai impedir a saída das águas que descem do maciço

A Área de Proteção Ambiental (APA) das Tabebuia, que pretendem inserir no Revis como compensação pelas reduções, não tem correlação com o Revis do Mosaico das Vargens.

É ilegal que, após a criação de um Revis, ela sofra cortes por decreto municipal, sem debate. O Revis pode até sofrer mudanças, mas que seja por Lei, que amplamente se justifique e precedida de discussões públicas, democráticas e transparentes. Reintegração da área cortada do Revis é um direito socioambiental do povo das Vargens.

Para assinar esse abaixo-assinado, endereçado à secretária municipal do ambiente e do clima Tainá de Paula, acesse:

https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/secretaria_taina_de_paula_vargens_resiste/

A morte anunciada do Revis das Vargens

Mais de 368 árvores já foram derrubadas na Rua Dumontina, Vargem Pequena, na Zona Oeste carioca, e estão construindo uma estrada no que antes era mata. Uma ação danosa com autorização concedida pela Prefeitura ao condomínio Riviera do Recreio, de acordo com o *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, de 11 de maio de 2022, processo EIS-PRO-2022/03260.

Enquanto isso, impera o silêncio dos membros do Conselho das recém-criadas Unidades de Conservação das Vargens, e da Smac.

Mais crime na bacia lagunar de Jacarepaguá

Uma grandiosa obra imobiliária já está a todo vapor na Rua Paulo Moura, número 501, na Barra da Tijuca, para construção de dois blocos de edifícios com 168 unidades, simplesmente em uma área de preservação ambiental. Prevista e praticamente executada a remoção e corte de 13.555,2 metros cúbicos de vegetação e 51 árvores. Sem contar, a plena destruição dos manguezais.



O trator desmata área de preservação na rua Paulo Moura



Destruição de manguezais, árvores e vegetação na Rua Paulo Moura



Há 18 anos, nós escrevemos sobre pessoas que defendem ativamente uma causa

JORNAL

ABAIXO ASSINADO JPA

Seja assinante do jornal das lutas comunitárias e da cultura popular

www.catarse.me/jaajrj





Luiz Claudio Silva
Cofundador
do Museu das
Remoções

Junho, mês do meio ambiente, o que comemorar?

Na primeira semana de junho se comemora a Semana do Meio Ambiente, sendo 5 de junho o seu dia oficial. Esta data foi escolhida em 1972 pela Assembleia-Geral da ONU, em homenagem ao dia da abertura da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, que aconteceu em Estocolmo e teve como um dos principais avanços a criação do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Preservar o meio ambiente é fundamental, afinal, é nele onde estão os recursos naturais necessários para a nossa sobrevivência, como água, alimentos e matérias-primas. Sem esses recursos, todas as formas de vida do planeta poderão acabar.

Quantas comemorações foram realizadas pelos poderes públicos, comunidades e bairros com um tema de tamanha importância? Qual a sequência que foi dada aos eventos mundiais realizados no Rio de Janeiro com a Eco-92 e a Rio+20? Ficam



Estação de tratamento da Cidade de Deus

essas questões para refletirmos.

Em 2023, o tema central da data da comemoração sobre o meio ambiente é a “Poluição Plástica”, um problema que vem preocupando todo o mundo. Portanto, temos que nos mobilizar, cada um fazendo a sua parte, para encontrarmos soluções para enfrentar esse mal terrível para nosso planeta.

Segundo a Unep (um programa das Nações Unidas voltado à proteção do meio ambiente e à promoção do desenvolvimento sustentável), a cada minuto, o equivalente a um caminhão de lixo de plástico é jogado em nosso oceano. Quem



Lixo na Rua Salvador Allende

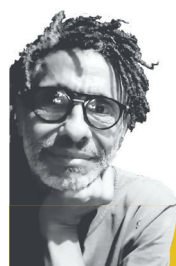
já não viu matéria de biólogos salvando tartarugas engasgadas com pedaços de plásticos?

Em Jacarepaguá temos dezenas de canais, que já foram rios com águas limpas, espalhados pela região que se transformaram em verdadeiras línguas negras condutoras de lixos e muitos plásticos como sacolas e garrafas PET para vários



Contenção no rio Arroio Pavuna

pontos da lagoa de Jacarepaguá e, consequentemente, para nosso querido oceano. Nós, do JAAJ, pedimos que nossos leitores participem de campanhas em suas ruas e bairros contra esse grande mal que assola o planeta, que é o descarte de plástico de forma infundada, afixando cartazes nos comércios, promovendo rodas de bate-papos e orientando crianças e jovens.



O meio ambiente e seus fins

Em debate o Projeto de Transporte Aquaviário de passageiros no sistema lagunar de Jacarepaguá

Pablo das Oliveiras
Professor & Poeta

Em abril deste ano, a Prefeitura do Rio trouxe à consulta pública o projeto de transporte aquaviário de passageiros no Sistema Lagunar de Jacarepaguá, que é formado por três lagoas principais: Tijuca, Jacarepaguá e Marapendi; e o canal do Camorim. O projeto se justifica na função social do transporte público e coletivo de passageiros, setor que em nossa cidade enfrenta uma crise crônica, por limitações dos sistemas ferroviário, metroviário e de barcas (concessões do estadual) e sistema rodoviário (concessões do municipal).

A consulta pública cumpre o rito do diálogo entre o governo e a sociedade, para seguir adiante com um empreendimento temerário, em área classificada “para preservação de flora e fauna e uso estético (...) submetidos à forte estresse, em função das diversas atividades humanas concentradas nas áreas costeiras (...), especialmente hotéis e condomínios, já implantados ou mesmo em construção.”¹



Mapa de localização do Complexo Lagunar de Jacarepaguá

O “forte estresse” é antigo e de conhecimento público: o assoreamento das lagoas por despejo de esgoto direto ou tratado parcialmente. Quanto a esse cenário, Mario Moscatelli² responde em reportagem à TV: “Num período de 10 a 15 anos, se todas as esferas públicas e da sociedade fizerem o dever de casa, não há dúvida, esse cenário apocalíptico, fruto de descaso, a gente consegue reverter.”

Não há como ignorar que um circuito de transporte aquaviário de passageiros

no Sistema Lagunar de Jacarepaguá moverá outros fatores de “estresses” ambientais, afora os atuais, inclusive pela existência de um serviço aquaviário na lagoa da Tijuca/Itanhangá à Barra. No que diz respeito ao avanço desse projeto, justifica a permanência da sociedade organizada para além da consulta pública, também à implantação do programa de trabalho, às decisões conceituais e operacionais, *pari passu* aos Estudos de Impacto Ambiental e seus Relatórios, a fim de acompanhar as

demandas de soluções, quanto à ameaça de extinção de o jacaré-de-papo-amarelo (espécie que inspirou o nome de Jacarepaguá); à drenagem e irrigação de cursos d’água; recuperação das matas ciliares; ao programa para implantação de uso de veículos movidos por combustíveis biodegradáveis aos de energias renováveis; a viabilizar plano funcional de ciclovia e bicicletários na região; ao programa público e plurietário de educação ambiental.

O diálogo permanente da sociedade organizada com o governo na gestão da coisa pública faria justiça sobre os contratos em regime público-privado; empreendimentos temerários, como a construção de uma tirolesa no morro do Pão de Açúcar, embargado por impactar o meio ambiente e um monumento natural. Eticamente, o mesmo princípio pode ser aplicado a favor do Sistema Lagunar de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca.

¹ Diretriz da extinta Feema nº 109. Em: Sistema Lagunar de Jacarepaguá – Inea – Portal.

² Biólogo, ecologista e especialista em gestão e recuperação de ecossistemas costeiros.



Yakaré Upá Guá
Professor Val Costa

Especial Mês do Meio Ambiente

SOS Sistema Lagunar

Em 1936, o livro “O Sertão Carioca”, do naturalista e pesquisador do Museu Nacional Armando Magalhães Corrêa, já denunciava a poluição das lagoas da Baixada de Jacarepaguá provocada pelo óleo das embarcações que circulavam pelas suas águas. De lá pra cá, essa situação só piorou.

A bacia hidrográfica da Baixada de Jacarepaguá possui 280 km² e está situada numa extensa planície sedimentar circundada por dois maciços (Tijuca e Pedra Branca). Na sua base localiza-se a faixa de praia do litoral atlântico. O complexo lagunar da região é composto pelas lagoas de Marapendi, Tijuca, Camorim, Jacarepaguá e pela Lagoinha das Taxas. O conjunto todo possui uma extensão de 13,24 km².

Até a primeira metade do século XX, a área próxima ao complexo lagunar em questão possuía uma ocupação insipiente, formada por colônias de pescadores e por casas de veraneio. A partir de 1969, com o popularmente conhecido



Poluição no Rio Grande



Lagoa de Marapendi



“Plano Lúcio Costa”, teve início a expansão imobiliária para a Barra da Tijuca, trazendo uma visão modernista de urbanização. A inauguração da atual Autoestrada Engenheiro Fernando Mac Dowell, antiga Lagoa-Barra, em 1982, favoreceu ainda mais esse processo de ocupação, possibilitando uma ligação rápida entre o bairro da Gávea (Zona Sul) e a Barra da Tijuca (Zona Oeste).

Desde os anos 1970, os corpos hídricos da região vêm sofrendo profundas mudanças nas suas características, promovidas pela ação humana. O principal problema é o lançamento de esgoto bruto, sobretudo doméstico, nas águas dos rios que deságuam nas lagoas. Antes da inauguração do emissário submarino (2007) e da ETE da Barra da Tijuca, o complexo hidrográfico recebia 3,2 mil litros de esgoto *in natura* por segundo. A grande quantidade de sedimentos e matéria orgânica provoca obstruções que diminuem a correnteza e dificultam muito a renovação das águas. A poluição também aumenta a quantidade de nitrogênio e de fósforo, contribuindo para a proliferação de cianobactérias e de microrganismos procarió-

ticos, que são capazes de produzir uma toxina prejudicial para o fígado e para o sistema nervoso central.

Segundo a Dissertação de Mestrado intitulada “Estudo sobre a Degradação do Complexo Lagunar de Jacarepaguá nos últimos 30 anos”, de Ana Beatriz Stteel Pellegrini, a análise dos dados de monitoramento da qualidade das águas das lagoas que compõem esse complexo revelou que os padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/2005 para nitrogênio amoniacal, fósforo, sólidos suspensos totais e coliformes termotolerantes (fecais) foram ultrapassados em todas as lagoas, tanto no período de seca quanto na época das chuvas.

Em fevereiro desse ano, o governo do estado assinou uma norma técnica que estabelece como estratégicas as intervenções realizadas pela Concessionária Ingá no complexo lagunar da Baixada de Jacarepaguá. Segundo solicitações feitas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, essa concessionária deverá investir R\$ 250 milhões na despoluição das lagoas da Barra e de Jacarepaguá nos três anos após o licenciamento. Cabe à sociedade cobrar e fiscalizar!

I Semana do Meio Ambiente no Museu Bispo do Rosário Jacarepaguá é Ancestral!

Por Artur Torres e Marcelle Souza*

Nos dias 5 e 6 de junho, o Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea – Mbrac organizou a sua I Semana do Meio Ambiente. Com o tema “Saberes Ambientais do Território: Jacarepaguá é Ancestral!”, foram oferecidas diversas atividades gratuitas para a comunidade, como rodas de conversa, palestras, oficinas e vivências na horta e no prédio-sede do Museu.

No dia 5, a partir de articulação com a 7ª CRE, o evento recebeu escolas da região, e os alunos e professores puderam aproveitar um dia de experimentações e ludicidades no qual movimentaram o corpo com atividades de capoeira, plantio de mudas e a brincadeira da peteca e a mente, além da preparação de tintas ecológicas e a construção de brinquedos com resíduos, oficina oferecida por profissionais do Capsi Eliza Santa Roza. No evento, foram apresentadas tecnologias ambientais, como a compostagem, sensibilizando alunos e seus familiares sobre a importância da preservação ambiental.

No dia 6, em parceria com o Quilombo Aquilahn, houve a entrega dos certificados de conclusão da formação popular em “Agricultura Urbana e Agroecologia”. Estiveram presentes representantes de diferentes instituições, associações e coletivos que tratam da temática ambiental, como Fiocruz Mata Atlântica, Quintais Produtivos da Colônia, Parque Estadual da Pedra Branca, Guardiões dos Rios e Comlurb.

O Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea busca aproximar suas atividades da comunidade que o circunda, mobilizando-se mediante ações de articulação, aguçando o ouvir e aprendendo com o seu entorno, podendo assim fortalecer como ferramenta múltipla de arte, educação e saúde. O Mbrac também faz parte de uma rede de iniciativas e saberes do território, resgatando e guardando práticas diversas dos conhecimentos populares, renovando dia a dia a função do museu no bairro. Afinal, Jacarepaguá é Ancestral.

***Artur Torres – articulador territorial/
Marcelle Souza – engenheira ambiental**



Atividade de caminhada e plantio na horta do Museu Bispo do Rosário na I Semana do Meio Ambiente



Marcelo Sant'Ana Lemos
Pesquisador, historiador, ativista do Baía Viva e defensor da economia solidária.

Cidade de Deus e sua história 1ª parte

A ocupação da Cidade de Deus começou no dia 14 de fevereiro de 1966, quando famílias atingidas pelas chuvas catastróficas daquele ano, que duraram cinco dias e deixaram um saldo de 200 mortos e 50.000 mil desabrigados, no Município do Rio de Janeiro, foram remanejadas dos alojamentos provisórios, no Estádio Maracanã, para a região, que estava em plena construção. Já estavam prontas 1.200 casas de um total de 1.500, mas sem as obras de infraestrutura finalizadas, o que acarretou por exemplo a criação de vagões com ocupações transitórias, banheiros coletivos, para receberem as famílias em situação de emergência. Às famílias chegaram com a ilusão de começar uma nova vida!

Muitos dos desabrigados que foram morar na Cidade de Deus eram originários das comunidades da Zona Sul como Catacumba, Parque Proletário da Gávea, Ilha das Dragas e Praia do Pinto.

Havia desde 1964, um plano de reurbanização em curso, de caráter elitista e excludente, que visava remover a população pobre e favelada da Zona Sul e deslocá-los para Zona Oeste. A ideia inicial era construção de conjuntos

foto: Cdd Acontece no Facebook



Cidade de Deus e seu povo de luta contra a falta de políticas públicas



foto: Blog da Revista Nós

Produção literária e cultural é intensa na CDD

habitacionais, com polos de trabalho para a população, que estava sendo retirada da Zona Sul, onde já tinham moradia (mesmo que precária) e emprego. Não queria reurbanizar essas comunidades nos seus próprios locais de vivência e sim remove-las num processo de racismo ambiental perverso, que não dava direito aqueles que trabalhavam ou construíam os prédios luxuosos da Zona Sul (como porteiros, empregadas domésticas, faxineiras, vendedores, pedreiros, marceneiros, entregadores, etc.) de usufruírem da paisagem e lazeres de seus patrões na Lagoa Rodrigo de Freitas e nas praias da Zona Sul.

Da ideia inicial, restaram bairros sem infraestrutura mínima necessária para receber a população deslocada, sem trabalhos e com transportes espaçados, levando a um processo que levou a nova precarização das moradias e favelização do entorno. Existem duas versões para criação do nome Cidade de Deus: uma que seria sugestão de Dom Hélder Câmara para

o então governador Carlos Lacerda, político de direita que apoiou o golpe de 1964 e que era oposição a João Goulart, destituído ilegalmente pela ditadura que se implantou neste ano. A outra que seria uma sugestão da então Secretaria de Estado de Serviços Sociais Sandra Cavalcante, grande defensora das remoções.

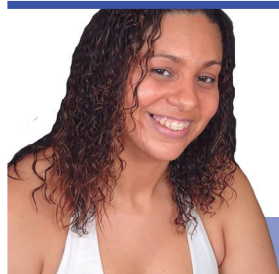
Essas construções foram feitas com apoio do governo norte-americano, através do financiamento de conjuntos habitacionais, dentro do Programa Aliança para o Progresso, criado no Governo de John Kennedy, para levar desenvolvimento econômico para os países da América Latina e conter com isso o avanço das ideias comunistas, nessa época de Guerra Fria e logo após a Revolução Cubana.

A luta contra ditadura levou na década de 1980 a um aumento do associativismo e não foi diferente na Cidade de Deus: surgiram várias associações de moradores, grupos de teatros, revistas, cineclubes, agremiações de samba, agremiações esportivas, grupos de danças, movimento negro e igrejas mais engajadas na região.

A Cidade de Deus passa ser um bairro de Jacarepaguá, na década de 1980, depois vai ser dividido em dois lados com a construção da Linha Amarela, em 1997, e no início do século XXI, no ano de 2002, vai ser muito impactado cultural e socialmente pelo filme Cidade de Deus, de Fernando Meirelles, baseado na obra de Paulo Lins, que colocou o bairro nas telas do Brasil e do mundo, mas de uma maneira negativa, reforçando estigma de comunidade violenta e perigosa, gerando preconceito e discriminação.

Como uma reação as repercussões negativas do filme, a partir de 2003, ampliou-se a articulação e organização dos moradores da Cidade de Deus, dando condições a iniciar um processo de virada, com o surgimento do Comitê Comunitário da Cidade de Deus (CCDD), que reunia diferentes entidades que atuavam no território, visando uma atuação conjunta, rompendo com os isolamentos e divisões que havia no movimento associativo e social da região.

Na segunda parte da matéria, a ser publicada na edição de julho, o historiador Marcelo Sant'Ana Lemos descreve a criação do Banco Comunitário da Cidade de Deus e as cédulas CDDs - que estampam as fotos de moradores ilustres da comunidade, como Dona Benta e Geralda Maria.



Cíntia Travassos
Produtora

Arthur do Valle: cantor e compositor de Jacarepaguá

Arthur do Valle, morador de Jacarepaguá, é cantor e compositor carioca, de família mineira. Começou a se interessar pela música ainda criança, por influência de seus pais, que ouviam Luiz Gonzaga, músicas mineiras e Jovem Guarda, principalmente Roberto Carlos.

Do Valle gostava de comprar revistas de cifras musicais que eram vendidas nas bancas de jornais, e que hoje podem ser facilmente acessadas nos sites de músicas por cifras club, plataformas on-line que, para ele, são responsáveis por incentivar os músicos de sua geração.

Para Arthur do Valle, a música é como uma terapia que o acalma e o faz se sentir vivo, em contato com Deus e a natureza.

Na pandemia, apesar da tristeza pelo momento, aproveitou para compor muitas músicas e, durante o *lockdown*, chegou a fazer vídeos para o Metrô Rio, sem retorno financeiro.

O seu maior sonho é que sua música se torne conhecida nacionalmente e que seja ouvida nas rádios. Atualmente, Arthur do Valle está pretendendo formar um trio, e está à procura de um zabumbeiro e um triangulista. Nesse novo grupo musical, ele será o vocalista e tocará violão e sanfona.

Quem quiser conhecer mais sobre o seu trabalho, basta acessar @arthurdovalle03.



foto: Flávia Ferreira

Cantor e compositor Arthur do Valle cantando e encantando com suas músicas



Douglas Aguiar
Estudante de
jornalismo

O esporte sempre esteve fortemente presente na vida dos brasileiros, e nas escolas não poderia ser diferente. A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) recomenda que crianças e adolescentes pratiquem pelo menos uma hora de atividade física diariamente. Isso porque a prática tem um papel fundamental na formação infanto-juvenil, já que auxilia no desenvolvimento físico, motor e cognitivo, além de trabalhar aspectos emocionais e sociais.

O Ministério da Educação (MEC) também nos mostra que a atividade esportiva entre crianças e adolescentes é predominante nas aulas de Educação Física, matéria obrigatória na grade curricular da Educação Básica no Brasil. Todavia, o esporte não foi inserido imediatamente como conteúdo das aulas de Educação Física escolar.

A Educação Física no interior da escola teve como base o referencial médico, ou seja, seu objetivo é promover o desenvolvimento físico, mental e social dos indivíduos, e a formação de hábitos saudáveis de vida, contribuindo para o fortalecimento da saúde do indivíduo. Posteriormente, a prática de exercícios sofreu forte influência militar, com o intuito de preparar os “corpos”, para possíveis enfrentamentos

Escola Silveira Sampaio: celeiro de talentos para o atletismo brasileiro

A importância do esporte na escola para crianças e adolescentes



Barbara Leôncio comemorando conquista do ouro no mundial

militares, inserindo nas pessoas um ideal de nacionalismo e patriotismo. Tanto no padrão higienista como no militarista, as referências eram biológicas, e o conteúdo das aulas baseavam-se na ginástica.

Após a Segunda Guerra Mundial, coincidindo com o momento histórico do término do governo ditatorial no país, intitulado Estado Novo no Brasil, surgiram novas tendências para o desenvolvimento do sistema educacional e, com isso, as atividades esportivas passaram a integrar a Educação Física nas escolas. Auguste Listello, importante defensor dos esportes, auxiliou na implementação do chamado “Método da Educação Física Desportiva Generalizada”,



Barbara Leôncio fatura o ouro no mundial para menores da IAAF

tendo também como referência a cultura europeia.

Com a ascensão dos militares ao governo brasileiro, a partir de 1964, o esporte se voltou para a conquista de resultados em competições internacionais. Nesse período, passou a ser tratado basicamente como sinônimo de Educação Física escolar, cujos objetivos estavam claramente direcionados para a aptidão física e a revelação de talentos esportivos.

O desporto tem importante participação na vida escolar das crianças e adolescentes de Jacarepaguá, que sempre foi um grande celeiro de talentos e tem construído uma linda história nas escolas. Um exemplo disso é o Projeto de Atletismo, iniciado em 1982, na Escola Municipal Silveira

Sampaio, em Curicica, que revelou muitos jovens para o atletismo brasileiro.

Um desses talentos é Barbara Leôncio, que deu os seus primeiros passos nas pistas aos 9 anos de idade, quando foi convidada por uma amiga para visitar os treinos que ocorriam na escola.

“No primeiro dia, já me destaquei das meninas que treinavam há bastante tempo. O treinador ficou impressionado e chamou minha mãe para falar sobre meu talento. E, desde então, me apaixonei pelo atletismo, segui treinando na escola em uma quadra de futsal e, em 2001, disputei minha primeira competição no estádio Célio de Barros, no Maracanã”, fala entusiasmada a atleta Barbara Leôncio.

Alguns anos mais tarde, em 2007, em Ostrava, na República Tcheca, aos 15 anos de idade, a história foi escrita. Barbara Leôncio faturou o ouro para o Brasil nos 200 m no campeonato mundial para menores da Federação Internacional de Atletismo – IAAF. Ela cruzou a linha de chegada com o tempo de 23seg50 contra 23seg54 da americana Chalonda Goodman, medalhista de prata, sagrando-se campeã mundial.

Parabéns para todos os profissionais de educação, alunos e atletas da Escola Municipal Silveira Sampaio!



**LITERATURA
DE CORDEL**

Severino Honorato
Poeta, oficinairo
e editor

Tânia Viana, moradora de Jacarepaguá, é uma artista de primeira que, desde 2013, atua no forró. Seu talento é tocar o *triângulo*, em palcos do Rio de Janeiro, Pernambuco, na capital (Recife), no agreste e no sertão, Bahia, Sergipe, Brasília, e na produção de eventos e transmissões via internet (lives). Viana tem participação em programas de rádios e se apresenta regularmente no palco do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas – Feira de São Cristóvão (RJ).

Em 2018 e 2019, Tânia Viana atuou no Tem Forró no Trem/RJ. Desde 2018, participa ativamente do coletivo Fórum Forró de Raiz do Rio de Janeiro/RJ. Em 2018/2020, fez parte do Varejo Cultural, Projeto do Sergival Silva. Atualmente, ela é integrante da Banda Forró Forrado de Adélio Silva.

Tânia Viana em verso e prosa

O JAAJ faz uma singela homenagem à história da artista Tânia Viana nos versos do poeta e cordelista Severino Honorato.

Sendo as primeiras lições
Do seu pai tendo que ouvir
Que o gênio Luiz Gonzaga
Com muito a contribuir
Devíamos toda atenção
No caminho a prosseguir.

Ela diz que malha o ferro
Pra não bater em ninguém
Pois que a vida já lhe fez
Cenas que aqui não convém
Este triângulo a levou
Pra vida o que melhor tem.

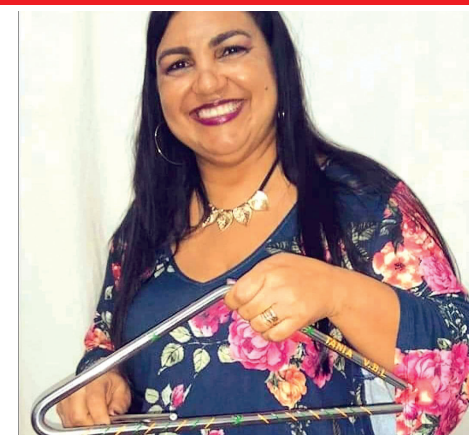
Se a vida tem seu melhor
Na excelência da arte
Com esta Tânia Viana
Bem chegada em toda parte

Em percussão de primeira
Não falta nem tem descarte.

Pra seu caminho seguir
Tânia não viveu da sorte
Dedicou-se com bravura
Ao talento e pulso forte,
Das raízes nordestinas
Treinou a prática do esporte.

Tamanha a dedicação
Se fez da árvore um galho
Treinou por tempos a fios
Feito aulas de trabalho
No tempo do DVD
Tocou vendo Elba Ramalho.

Ao tocar com grandes nomes
Personagens, as mais reais,
A artista também se envolve
Afeitas às ações sociais
Contribui na pandemia



Tânia Viana é triangulista

Com os que careciam mais.
Na técnica não regateia
Funde na batida o ferro
Seu triângulo não bobeia
Feito cabrito dá berro
Da dama **triangulista**
Neste resumo eu encerro.

Encerro sem terminar
Pela ótica da conquista
Esta filha carioca
Também se faz ativista
Nas terras dos ancestrais
Arcoverde entrou na lista.



Por Amanda Palomo Alves*

A implementação da Lei Federal nº 10639/2003 colocou, num primeiro plano, a importância do debate relacionado à inclusão de temas de história africana e afro-brasileira e o debate sobre as relações étnico-raciais nas salas de aula da Educação Básica e do ensino universitário no Brasil.

Este debate, fundamental, está diretamente relacionado à fala da escritora nigeriana Chimamanda Adichie que, em 2009, proferiu um discurso na ocasião do evento *Technology, Entertainment and Design* (TED). A fala de Adichie, então intitulada “Perigos de uma história única”, sinalizava para a existência, entre nós, de uma concepção única e homogênea do continente africano. Na verdade, Adichie nos alertava para imagens pré-concebidas que subvalorizaram a África e os seus habitantes durante séculos. Sabemos que aquelas imagens e discursos, produzidos ao longo do tempo, espelham as diversas faces dos contextos em que foram concebidos, mas, fato, é que somos herdeiros diretos de um imaginário que tende a considerar a África um continente isola-

A importância da Lei 10.639/2003 e a busca por uma Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil

do, exótico e acientífico.

Sabemos, também, que a educação escolar é um terreno fértil de disputas das diferentes memórias coletivas. Assim, ao nos perguntarmos “quais memórias são hegemônicas no contexto escolar?” nos deparamos com o *não lugar* reservado a africanos, africanas e seus descendentes. Esse breve exercício de reflexão nos permite identificar os mecanismos que reafirmam posicionamentos hegemônicos em nossa cultura escolar, entre eles, a persistência de uma concepção eurocêntrica da educação. Felizmente, a partir de um amplo movimento historiográfico, iniciado por intelectuais africanos no século XX, a história da África vem sendo reelaborada em meio a perspectivas que apontam o africano como *sujeito histórico* conforme a acepção, fundamental, do historiador de Burkina Faso, Joseph Ki-Zerbo, de que “a África também tem uma História”.

**Conselheira do Quilombo Aquilah, Doutora em História e Pesquisadora e Professora nas áreas de História da África e Educação para as Relações Étnico-Raciais.*



Jane Nascimento*

A Feira da Roça ocorre todas as manhãs de domingo, no largo de Vargem Grande. Ela tem sido o braço de luta dos pequenos agricultores(as) da região. Em destaque, está a Agricultura Familiar, uma prática de comida de verdade, sem veneno.

No dia 23 de abril, a feira promoveu o evento Tira Caqui. Por meio dessa e de outras comemorações, ela busca valorizar as culturas da região e manter laços com outras regiões do entorno, criando um importante intercâmbio solidário, o que impulsiona o crescimento da cidade.

O caqui pertence à família das ebenáceas, e é originário da Ásia, principalmente China e Japão. Em 1890, o fruto surgiu em São Paulo, e a expansão da sua cultura teve início a partir de 1920, com a chegada dos japoneses.

Esse produto agroecológico e orgânico é encontrado em maior escala na Zona Oeste



Cristina, da comunidade Taboinha, na oficina e degustação das delícias feitas com caqui

da cidade do Rio de Janeiro, principalmente no maciço da Pedra Branca, que inclui o rio da Prata, com mais de 20 mil caquizeiros da espécie Rama Forte. O caquizeiro foi adaptado ao ambiente agroflorestal característico desse sistema agroalimentar. Com o caqui são produzidos licor, vinagre, polpa, geleia, entre outras delícias.

O evento de 23 de abril contou com um café da manhã, oficina e degustação de receitas com o fruto, além da participação da Feira



Maraci Soares, - culinária e quilombola, e sua deliciosa feijoada

Solidária Maria do Céu, feijoada, músicas e danças. Houve ainda a apresentação das jovens moradoras das Caboclas dançando o carimbó, do grupo de músicos da colônia Juliana Moreira e do Bloco Loucura Suburbana do Ponto de Cultura, que fica no Instituto Nise da Silveira. Dona Ellen, a liderança das Caboclas e cantora de jazz, e a cantora Cristina, moradora da comunidade Taboinha, conhecida carinhosamente como Marrom, também fizeram parte da festa. A programação incluiu

o mutirão para colher caqui no sítio da Maria-zinha, mobilização que, durante a pandemia da Covid-19, fortaleceu a geração de renda das famílias, e até hoje contribui para o aumento da receita da população.

Por cerca de 10 anos, o mês de abril, em especial o dia 21, tem sido dedicado à colheita solidária desse fruto do Sertão Carioca.

A Rede Carioca de Agricultura Urbana, em parceria com a Agrovagem, desenvolve muitas atividades sociais, e vem cuidando dessa celebração, fortalecendo agricultores(as) e aproximando consumidores(as) numa prática de manejo agroflorestal no maciço da Pedra Branca.

Em virtude do sucesso do evento Tira Caqui, o palácio Pedro Ernesto aprovou, em 13 de outubro de 2021, em primeira discussão, na Câmara Municipal, o Projeto de Lei nº 239/2021, reconhecendo sua origem cultural, social e ambiental, de interesse da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.

Faça uma visita à Feira da Roça de Vargem Grande, e volte sempre.



Jovens moradoras das Caboclas dançando o Carimbó



Lideranças que lutam pela Agroecologia e a Agricultura Familiar